

A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE HELVÉCIA FRENTE ÀS EMPRESAS DE EUCALIPTO

LILIANE M^a FERNANDES C. GOMES¹

O objetivo deste artigo é discutir a atuação da Associação Quilombola de Helvécia – AQH no convívio com as empresas representantes do agronegócio de eucalipto que atuam no distrito de Helvécia, município de Nova Viçosa-BA. A princípio, o que chama a atenção neste distrito, não é uma singularidade, mas sim o fato do mesmo, como tantos outros na região do extremo sul baiano, ter sido, de certa forma, tomado pela plantação de eucalipto. Entretanto, uma observação mais cuidadosa nos faz ver suas idiossincrasias, e nos revela a existência de uma comunidade predominantemente afro-brasileira, reconhecida desde 19 de abril de 2005 como área remanescente de quilombo, que, diante de dismantelamentos estruturais, busca se organizar a partir de ações individuais e coletivas no sentido de continuar a existir.

A partir das falas de pessoas que residem naquele distrito é possível identificar dimensões do cotidiano que revelam o significado do viver com o eucalipto em Helvécia, suas expectativas e conflitos.

A realização de entrevistas e a análise das falas e silêncios construídos possibilitaram identificar dimensões do cotidiano sócio-cultural dos homens e mulheres de Helvécia na sua relação com a terra. Ressalto que o trabalho com fontes orais ocorre a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado, sendo sempre uma relação dialógica, em que se deve predominar a delicadeza e a sensibilidade de ouvir o outro falar (THOMPSON, 1992). São, pois, as minhas escutas, e os meus olhares que aqui serão apresentados.

Através das análises de entrevistas realizadas com camponeses que residem em Helvécia desde antes da chegada da eucaliptocultura foi possível identificar uma rotina associada à posse da terra e ao tempo marcado pela cultura “[...] na qual as tarefas diárias [...] parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador” (THOMPSON, 1998: 271). A autonomia deste trabalho na terra

¹ Mestra em História regional e Local. Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

ocorria através do trabalho coletivo, no qual as famílias camponesas se organizavam no desempenho das mais variadas tarefas associadas à terra.(MARTINS, 1995). Naquilo que diz respeito à produção nas terras de Helvécia, a senhora Célia M^a Silva Zacarias natural daquele distrito, ajuda a compreender um pouco mais daqueles tempos nos quais existia uma exuberância da atividade agrícola

... o que eu alembro da minha época é assim. Quando eu tomei entendimento nos meus treze, quatorze anos, a gente mexia com roça. E era muita dificuldade, que a gente plantava muito e o que a gente vivia era do plantio da roça: mandioca, amendoim, é... meus pais gostava muito de plantar assim... é uma horta, nós tirava muito, lá mermo nós colhia o que nós comia, nós tirava de lá mermo, meu pai criava porco, essas coisas, muuito dendê.²

A idéia deste trabalho como uma tarefa árdua, traduzia uma labuta, ao mesmo tempo em que poderia também indicar a existência de autonomia por parte dessas pessoas, pois o fruto desta labuta era daqueles que trabalhavam em suas terras, o que faz ver uma organização familiar alicerçada na posse da roça. Aquilo que era produzido coletivamente compunha a mesa de refeição daquela família. Cuidar das hortaliças, dos cultivos e da criação era, em última instância, garantir mesa farta.

A entrevistada também nos disse que vivia do plantio da roça na qual mexia, na qual seus pais gostavam de plantar. Este tipo de construção não diz respeito exclusivamente ao mundo do trabalho, vejo aí elementos de outras dimensões de sua vida, da vida de sua família, em que, além do labor, aparecem os laços de afeto (BRANDÃO, 1999) e respeito com aquilo que faziam.

Nestas memórias, o distrito de Helvécia aparecia de forma a constituir a idéia de um lar, “no sentido especial em que ‘lar’ representa uma lembrança e um ideal” (WILLIAMS, 1989: 377), desta maneira as relações de sociabilidade foram lembradas naquilo que ofereciam de melhor, de mais solidário, mais tranqüilo e seguro.

Na realidade de Helvécia, até o ano de 1966 os produtos agrícolas excedentes produzidos pelos camponeses eram escoados através da estrada de ferro Bahia e Minas (LUCCHESI, s.d.). Esta atividade comercial foi afetada em razão da desativação desta ferrovia e da posterior construção, em 1972, da BR 101. Neste contexto se deu a implantação da monocultura do eucalipto

² Entrevista concedida à autora pela sra. Célia M^a Silva Zacarias em 15 mar. 2007.

*Então foi nesse período... que o comércio ficou fraco, muito fraco, aí depois desse período que Teixeira começou a crescer com a BR 101, Posto da Mata também, então eles foram desenvolvendo e aqui foi caindo, foi caindo e ficou mesmo fracassadíssimo mesmo. Então a terra sem valor, depois que já passamos bastante, bem no fim de oitenta a principio de noventa começou a falar em, não sei se foi a Aracruz, acho que foi a Aracruz primeiro, essas empresas aí. A Bahia Sul que hoje é Suzano, Suzano e Aracruz. Começaram a ter notícia que eles iam investir aqui na região. Então alguns fazendeiros de lá da região de Aracruz, lá do Espírito Santo, que já havia lá (o agronegócio do eucalipto) já estava implantado lá, começaram a vir para cá, começaram vir e comprar terra e aí comprava terra baratíssimo, né?*³

Este relato diz da existência de uma situação que pode ser apresentada em diferentes momentos. Em primeiro lugar, os moradores de Helvécia que labutavam com a terra, tinham experienciado perdas significativas no que diz respeito ao seu *modus vivendi*. Por seu turno, fazendeiros da região de Aracruz (ES), informados da necessidade de amplas glebas para a implantação da eucaliptocultura, passaram a comprar terras em Helvécia objetivando promover a especulação. Também representantes das empresas responsáveis pelo agronegócio do eucalipto compraram terras em Helvécia. Isto ocorreu em um tempo em que seus moradores sabiam, porque experimentavam uma depressão econômica, que suas terras estavam desvalorizadas no mercado. O êxito das empresas representantes da eucaliptocultura estava intrinsecamente relacionado à necessidade de terras para o plantio. A este respeito, o governo, desde os primórdios da eucaliptocultura no Brasil, já havia sinalizado sua postura no intuito de garantir “grandes áreas de terras contínuas que pudessem ser adquiridas para a implantação de distritos florestais” (ANDRADE, 2000: 92-93). No I Plano Nacional de Papel e Celulose esta questão foi abordada da seguinte maneira “... a etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto que o Governo deverá concentrar nela todos os esforços, utilizando meios objetivos e realistas, inclusive desapropriação...” (MENDONÇA JORGE apud ANDRADE, 2000: 93). Ao que parece, este não foi o caso em Helvécia. Entretanto, outros mecanismos foram utilizados para aligeirar o processo de venda das glebas de maneira a garantir às empresas grandes áreas de terras contínuas.

Ora, se levarmos em consideração que muitos dos homens e mulheres de Helvécia tinham sobre o seu domínio pequenas e médias áreas, isso significa dizer que,

³ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007.

para que se desse, por parte das empresas de eucalipto, a obtenção de terras contínuas, foi necessário que o processo de venda fosse realizado não por um, ou outro camponês, mas sim pela sua coletividade. Assim, os mecanismos utilizados para convencer diferentes indivíduos constituíam um repertório variado, que oscilava desde propostas aparentemente generosas, para aqueles poucos camponeses que possuíam as escrituras das terras, até a divulgação incisiva dos códigos legais do Brasil que associam a garantia da propriedade das terras à aquisição de titulação.

A este respeito, o senhor Manoel Peixoto, comerciante e proprietário de terra em Helvécia, apresentou o seguinte relato:

Comprava terra quase dado, trocava terra por mercadoria, por qualquer tipo de mercadoria, [...] Então, é como eu falei, aí eles compraram terra barato, chegava em pessoas aí, que as terras aqui eram apenas terras de herdeiros, tudo mais, então naquele tempo dificilmente uma terra aqui tinha escrituras, essas coisas...⁴

Há nesta narrativa uma clara associação entre a esporádica existência do porte de escrituras das terras, pelos camponeses de Helvécia, e o fato delas terem sido vendidas por preços baixos ou mesmo terem sido trocadas “por qualquer tipo de mercadoria”. Como afirmou o senhor Manoel Peixoto, muitas delas eram “fruto de heranças”. Regulamentar tais posses implicava gastos. Ora, muitos desses posseiros se viram em uma situação na qual, não tendo dinheiro para regulamentar suas posses, se sentiam ameaçados de perderem as terras. A partir das falas dos moradores de Helvécia, no período em questão, percebe-se que, ali estava se constituindo uma situação na qual “O medo de ficar sem as terras fez com que os camponeses as” vendessem”, a qualquer preço [...]“ (SILVA, 1999: 46), na verdade, “baratíssimo”, como disse o senhor Peixoto.

Nas entrevistas realizadas foi possível identificar também o uso de um outro tipo de estratégia, utilizada pelas empresas de eucalipto, no processo da compra das terras. Neste sentido gostaria de analisar uma narrativa, apresentada pelo camponês Sérvulo Constantino Filho,

⁴ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007.

*[...] Que as pessoas tinha a terra, chegava lá fazendo conversa bonita, [...] que vinham comprar as terras, mas não ia tirar eles da terra, que eles iam ficar na mesma terra onde estava, entendeu?*⁵

Tais propostas, segundo o entrevistado, foram feitas a partir de códigos comuns aos negócios realizados pelos camponeses de Helvécia. Esta combinação, que não foi honrada pelas empresas, não constava em documento escrito, tendo sido empenhada a partir da palavra dos contratantes.

Essa composição, venda de terras e permanência dos antigos posseiros nas mesmas, era algo impossível de atender a uma das necessidades prementes ao desenvolvimento do agronegócio no extremo sul da Bahia. Refiro-me a necessidade da separação entre o trabalhador e os meios de produção (MARTINS, 1995: 158), condição para a relação capitalista se constituir plenamente.

Essa transformação espacial contribuiu para que ocorresse a criação de novas necessidades para aquela comunidade, estabelecendo-se inclusive uma dependência entre antigos camponeses e os representantes do capital, em que não tendo mais a propriedade da terra e dos instrumentos para realizar seu labor, restava aos camponeses negociar seu trabalho como possibilidade de troca por salário (MARTINS, 1995)

Nem todos os camponeses agiram segundo o *script* das empresas. Por exemplo, o Sr. Manoel Norberto Henrique de Sena, agiu de forma individual e se recusou a vender sua pequena gleba “Minha mãe eu não vendo, quando ela não dá uma coisa, ela dá outra. Vocês gostam de dinheiro, eu gosto da minha mãe. Ela não acaba. Todo o tempo ela é a mesma⁶”. Tal resistência miúda (SCOTT, 1982) ao que parece não foi capaz de minimamente abalar o projeto da eucaliptocultura, posto que a referida gleba estivesse encravada num “mar de eucaliptos”, entretanto é bom lembrar que “Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (SCOTT, 1982: 11), mesmo que estas não sejam lidas por representantes do Estado e pelas classes dominantes, como significativas.

Outros integrantes da comunidade se organizaram coletivamente, e, independente de terem ou não vendido suas terras passaram a lutar pelo reconhecimento

⁵ Entrevista concedida à autora pelo sr. Sérvulo Constantino Filho em 15 ago. 2007.

⁶ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Norberto Henrique de Sena em 14 out 2007.

do distrito como área remanescente de quilombo. O fato de constar, no pedido de reconhecimento enviado à Fundação Cultural Palmares, por membros da comunidade de Helvécia, um parágrafo, no qual os signatários denunciam mazelas associadas ao plantio do eucalipto nas terras de sua comunidade, é um indicativo de que o processo de reconhecimento de Helvécia como área remanescente de quilombo estava inserido nas estratégias de grupos organizados daquela comunidade, de resistência e negociação nas relações com “as firmas⁷”.

Este reconhecimento, além de implicar a assunção de Helvécia a ocupação de um novo lugar (ARRUTI, 2006) tornou ainda mais complexo a composição de poder e luta pela terra no distrito, que passou a contar com a possibilidade da chancela de dispositivos legais reconhecidos pelo estado brasileiro, expressos no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2002: 159), no sentido de proteger e garantir o uso coletivo das terras de herdeiros. Ao mesmo tempo, conforme relatado por Roseli Constantino, dúvidas e incertezas foram sendo disseminadas entre integrantes da comunidade “ser quilombola não era uma coisa boa, [...] Iria perder sua casa, você não iria ser dono de mais nada”⁸. Há indícios que associam essas idéias a pessoas ligadas aos representantes do agronegócio do eucalipto, sabedoras das implicações legais da certificação do reconhecimento e do processo de reterritorialização que a mesma poderia trazer em seu bojo.

Ao conseguir o reconhecimento do distrito como área remanescente de quilombo, aquela comunidade agiu, não sem confrontos e fissuras, de maneira a contribuir na composição de um novo cenário, de novos arranjos no jogo de forças entre os atores que atuam naquele lugar em defesa de diferentes projetos.

No pedido de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, enviado à Fundação Cultural Palmares, em outubro de 2004, os signatários, após um breve relato sobre Helvécia, encerraram assim o documento: “portanto reiteramos pedido de certificação como remanescente de quilombos, reconhecendo (sic), delimitação, demarcação e titulação de nossas terras pelo órgão competente⁹”.

⁷ Os entrevistados se referem à Aracruz Celulose e a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose como sendo “as firmas”.

⁸ Entrevista concedida à autora pela sra. Roseli Constantino Ricardo em 14 ago. 2007

⁹ Pedido de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, Helvécia, 23 de outubro de 2004. In; Fundação Cultural Palmares, Reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia,

Entretanto, após o reconhecimento e os embates suscitados por ele, a AQH passou a agir, segundo a senhora Roseli Constantino, da seguinte maneira

*Helvécia, como eu estava falando já foi reconhecida já como comunidade remanescente, só que a gente deu essa recuada por conta dos conflitos que surgiram, até ameaça de morte e aí em relação a outras comunidades remanescentes, nós tínhamos dois problemas, porque as outras é uma briga entre a comunidade e os latifundiários e aqui não, **aqui a gente tinha uma briga com as empresas** [referia-se a Aracruz Celulose e Suzano Bahia Sul Celulose] e **uma briga interna em relação à própria comunidade não se aceitar**, tanto é que teve né abaixo-assinado, [...] esses dias mesmo tivemos contatos com o povo da..., ligaram para nós, o povo da Fundação Cultural Palmares e onde eles iam discutir já a questão da territorialidade, a gente falou –: Não, vamos dar um tempo né? Vamos estar trabalhando nesse momento a questão cultural, [...] não estamos ainda discutindo a questão da territorialidade até por conta dessa falta de conhecimento do povo que é negro, a gente também entende que em Helvécia muitas pessoas têm tido suas terras né? E aí eu sei que muitas pessoas não vão aceitar, por exemplo, uma titulação única, então também isso gerou medo em algumas pessoas, até negras mesmo que têm terra em saber que vai ter essa titulação única e se mudar de governo e se mudar alguma coisa, [...]”¹⁰*

Nesta fala, a líder da AQH deixou clara a permanência do clima de tensão em Helvécia ao mesmo tempo em que identificou dois pólos de conflitos existentes: “**aqui a gente tinha uma briga com as empresas e uma briga interna em relação à própria comunidade não se aceitar**” O fato de a AQH ter, diante das ameaças veladas e/ou reveladas, recuado e pedido, informalmente, aos integrantes da Fundação Cultural Palmares que não desse andamento ao processo de demarcação e titulação das terras indica a complexidade que este adquiriu na comunidade. Em relação aos conflitos internos, a fala evidencia que estes estão vinculados à não-aceitação e até mesmo rejeição da identidade quilombola e aos receios e dúvidas em relação à dinâmica/forma da titulação terra.

Mas não era só, um outro elemento compunha essa relação de tensão em Helvécia. Ele aparece na fala da senhora Roseli quando a mesma discorre sobre o comportamento das empresas após o reconhecimento de Helvécia.

Olha com a Suzano a gente não tem muito contato, mas desde que nós pedimos o reconhecimento a Aracruz já nos procurou, [...] começou as ligações, a ligar lá para casa, querer dialogar. Mais de vinte anos de empresa na região, eles nunca vieram, essa vinda dela a partir do reconhecimento... tem nos procurado sempre e nos colocando em uma

Nova Viçosa/BA, fl. 10.

¹⁰ Entrevista concedida à autora pela sra. Roseli Constantino Ricardo em 14 ago. 2007 (grifos da autora).

*situação muito complicada, porque enquanto que a Associação, a gente sabe que Associação é contra né? Essa monocultura, mas aí a comunidade por aquilo que eles prometem...*¹¹

Por que a mudança de comportamento das empresas de eucalipto – em especial da Aracruz Celulose – tem deixado as integrantes da AQH “em uma situação muito complicada”? Possivelmente porque, dentre as tantas promessas, as firmas traziam novamente à baila um tema caro à população de Helvécia: a geração de empregos.

Sobre as investidas da Aracruz Celulose, após o reconhecimento de Helvécia como comunidade quilombola, a senhora Malzinéia menciona um encontro ocorrido em 2007. Na oportunidade, um representante da Aracruz Celulose sinalizou com a possibilidade de implantar um viveiro de eucalipto em Helvécia, gerando empregos, inclusive para as mulheres do distrito. Esta proposição foi feita em reunião com membros da comunidade, incluindo os integrantes da AQH. Para Malzinéia, que participava da AQH desde sua fundação aquela foi uma situação de “impasse entre defender a terra e apoiar o viveiro que está vindo aí justamente para plantar o eucalipto, então é uma contradição muito forte para a gente, muito forte e dolorosa”¹².

A respeito destas reuniões feitas amiúde pela Aracruz Celulose com a comunidade de Helvécia, logo após o reconhecimento, a professora Regina Constantino fez a seguinte análise:

*[...] a gente não sabe com que interesse eles estão fazendo isso, toda vez que eles marcam uma reunião, falam assim: – Chama as meninas da Associação, né? [...] E aí a gente fala assim: – Gente será que no meio dessa reunião, eles não vão falar, não querem jogar o povo contra a gente né? – Ah, não pode ser em Helvécia porque Helvécia é terra de quilombo, não pode mais plantar esse tipo de atividade aqui em Helvécia. Então por isso estamos com medo disso de ser uma jogada da empresa né? Para tentar acabar com a Associação, ninguém nunca vai saber o que está querendo né?*¹³

A senhora Regina vislumbra na ação da Aracruz Celulose, de convidar as “meninas da Associação” para as reuniões feitas por esta empresa com integrantes da comunidade, a possibilidade de uma estratégia de “jogar o povo contra” a AQH. Mesmo

¹¹ Entrevista concedida à autora pela sra. Roseli Constantino Ricardo em 14 ago. 2007.

¹² Entrevista concedida à autora pela sra. Malzinéia Henriqueta Ambrósio em 14 ago. 2007.

¹³ Entrevista concedida à autora pela sra. Regina Constantino em 14 ago. 2007.

sem elementos para asseverar como este tipo de estratégia estaria sendo pensada, a narradora está alerta, afinal, em sua memória, a Aracruz Celulose, para desenvolver seus projetos em Helvécia, não respeitou, em um passado recente, as organizações existentes no lugar.

Por outro lado, é importante lembrar que, ao ser reconhecida como área remanescente de quilombo, Helvécia ganhou visibilidade, exigindo das empresas de eucalipto que atuam na região ações que fizessem ver a sua propalada responsabilidade social. Corrobora esta análise, por exemplo, a criação da Associação Arte Helvécia, parceria da Aracruz Celulose com artesãs da cidade para a construção de “produto socialmente justo e ecologicamente correto, [...] com resíduos florestais de eucalipto e sementes da região”.¹⁴ Destaco aqui o fato de esta associação ser composta apenas por mulheres, alijadas do campo de trabalho em razão dos “desmantelamentos” ocorridos no distrito. Estas ações são indícios de que Helvécia ocupava um novo lugar. Não era apenas mais um distrito que desde 1980 havia sido tomado pela eucaliptocultura. Este novo lugar havia sido galgado a partir do momento em que fora nomeado e reconhecido como área remanescente de quilombo. Arruti (2006, p. 82), ao falar do significado deste termo, remanescente quilombola, afirma que o mesmo

implica, para a população que o assume (indígena ou negra) a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, frente aos órgãos e às políticas governamentais no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário[...]

Este novo lugar, ocupado agora pela comunidade de Helvécia, na relação com as empresas de eucalipto, é identificado pela senhora Roseli Constantino:

Às vezes eu fico observando que as pessoas só acreditam naquilo que elas querem, que no fundo, no fundo elas sabem que a vinda da Aracruz aqui só está acontecendo por causa desse reconhecimento, mas eles ainda não atentaram para isso, e ao invés de abraçar [a AQH] ainda há um certa resistência, então a nossa relação com ela tem sido isso aí, a gente não entrou ainda em conflito, mas em todo momento a gente deixa claro quais são os nossos objetivos, algumas pessoas do grupo, da rede [referindo à Rede Alerta Contra o Deserto Verde] que a gente faz parte até ficavam – Cuidado com esse povo da Aracruz. Então todas as vezes que nós reunimos com eles a nossa fala tem sido sempre a mesma, [...] independente de qualquer coisa que vocês vierem trazer, vocês estão sabendo que vocês estão cumprindo a responsabilidade social que é de vocês e que a comunidade em geral quer receber esse benefício, mas que nós não vamos abrir mão dos

¹⁴ Conforme material de divulgação da Associação Arte Helvécia entregue à autora em outubro de 2007.

nossos direitos, que a luta da Associação vai ser discutir a questão cultural, social e mais tarde com certeza a questão da territorialidade.[...]?¹⁵

Ela sabe da mudança de composição de forças, engendrada pelo processo de reconhecimento de Helvécia, e percebe que outros integrantes da comunidade também o sabem, mas não admitem, em razão dos conflitos internos com a AQH. Referindo-se às relações entre a AQH e a Aracruz Celulose, a entrevistada compôs uma narrativa como se fosse um recado à empresa. Neste, ela falou dos benefícios esperados pela comunidade através de ações de responsabilidade social, ao mesmo tempo em que reafirmou a continuidade das etapas seguintes do processo de reconhecimento de Helvécia como área remanescente de quilombo, o que irá implicar a titulação coletiva da terra. Ainda nesta fala, a senhora Roseli disse do alerta feito por integrantes da Rede “Cuidado com esse povo da Aracruz”. Este alerta apareceu na fala de outra entrevistada de forma mais explícita:

O pessoal da Rede né? De outras localidades, nos critica, mas eu gostaria que eles morasse aqui para sentir um pouquinho o que nós sentimos, porque a gente está em um jogo de cintura com a comunidade, porque perdeu o apoio da comunidade você não tem nada, então você fica quase que numa sinuca de bico, tem que saber jogar [...]¹⁶

Sinalizando que as ações da AQH, no sentido de recuar frente à questão da titulação das terras, não é consensual entre os pares que contribuíram com o processo de implementação do reconhecimento de Helvécia. Malzinéia, por seu turno, nos convidou a ver a complexidade existente no cotidiano, “porque perdeu o apoio da comunidade você não tem nada, então você fica quase que numa sinuca de bico, tem que saber jogar”.

Lutar pela sobrevivência dessa comunidade, Helvécia, era batalhar pela existência da mesma no tempo presente e, portanto, a partir das necessidades, costumes e problematizações agora postas, nas quais se entrelaçava o agronegócio do eucalipto, a aceitação e/ou negação da identidade quilombola, as resistências das elites locais e de pessoas que possuíam uma pequena propriedade em aceitar uma titulação única da terra,

¹⁵ Entrevista concedida à autora pela sra. Roseli Constantino Ricardo em 14 ago. 2007.

¹⁶ Entrevista concedida à autora pela sra. Malzinéia Henriqueta Ambrósio em 14 ago. 2007.

as expectativas de movimentos sociais externos à comunidade, os anseios da comunidade por empregos e ascensão social.

Em conversas nas vendas, nos encontros nas igrejas, nos banhos no rio Peruípe, nas reuniões nas associações existentes se tecia a história daquele lugar, a partir das ações, de resistência e acomodação, de seus homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio Silveira. *Conflito, cooperações e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.* (1990-1999). Tese de doutorado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/helvecia.htm>

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Sociologia – Vol. 01, nº 1 (jul. – dez., 1982).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON. Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henriques Britto. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.